



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LUANA MAIARA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**URBANIZAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) PARA O ENSINO MÉDIO**

Recife
2025

LUANA MAIARA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**URBANIZAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) PARA O ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Geografia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fredson Pereira da
Silva

Recife
2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Oliveira, Luana Maiara da Conceição de.

**URBANIZAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) PARA O ENSINO
MÉDIO / Luana Maiara da Conceição de Oliveira. - Recife, 2025.**

33

Orientador(a): Fredson Pereira da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2025.

1. espaço urbano. 2. cidadania. 3. interdisciplinaridade. 4. práticas pedagógicas. 5. aprendizagem contextualizada . I. Silva, Fredson Pereira da. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

LUANA MAIARA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**URBANIZAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR (BNCC) PARA O ENSINO MÉDIO**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovado em: 18 / 11 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Fredson Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Ana Caroline Damasceno Souza de Sá (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Otávio Augusto de Oliveira Lima Barra (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Ceará

AGRADECIMENTOS

É importante reconhecer que, para chegar até aqui, eu nunca estive sozinha. Em casa ou na universidade, sempre estive cercada por pessoas e mentes que me incentivaram a seguir em frente, mesmo quando o cansaço parecia maior que a vontade.

O primeiro agradecimento é especial e, prometo, não é egocêntrico. Agradeço à Luana Maiara da antiga terceira série do ensino fundamental, que, por algum motivo, deixou os olhos brilharem pela Geografia. Quero dizer a ela que o tempo passou, que nossos olhos brilharam por outras coisas, que já tínhamos uma profissão, mas não deixamos o sonho da Geografia para trás. Durante a graduação, eu costumava brincar que meu trabalho era o Jornalismo e meu hobby era a Geografia. Hoje percebo que não era brincadeira, minha forma de ver o mundo vem da Geografia, e meu senso crítico também é geográfico.

Agradeço à minha mãe, que, mesmo sem ter tido a oportunidade de ingressar no ensino superior, trabalhou incansavelmente para me oferecer a melhor educação possível. Num país onde criar um filho sozinha é um ato de coragem, ela conseguiu fazê-lo de maneira exemplar. E, ao lado dela, estiveram duas mulheres que sempre foram meus anjos: minha eterna Mimi (Ivonete de Vasconcelos Cavalcanti - *in memoriam*) e minha avó Inalda. Juntas, me deram algo que dinheiro nenhum no mundo é capaz de comprar: uma educação dentro e fora de casa, repleta de afeto, valores e força.

Agradeço à minha parceira e futura esposa, Mizia Vitória, por toda paciência, amor e apoio incondicional durante esse processo, mesmo nos dias em que eu mesma duvidava de mim.

Agradeço também à minha psicóloga e anjo, Mariana Meireles, pela escuta generosa, pelo incentivo constante e por nunca desistir de mim. Mesmo estando longe fisicamente, o processo terapêutico conduzido por ela fez parecer que estávamos sempre lado a lado.

Agradeço ainda aos colegas que a graduação me deu, que estiveram comigo nos momentos bons e nos desafiadores, compartilhando risadas, aprendizados e cansaços.

Por fim, agradeço ao meu orientador, professor Fredson Pereira, pelo exemplo, pela paciência e pelo compromisso verdadeiro com a educação. Sua orientação foi essencial para que este trabalho ganhasse forma e sentido.

RESUMO

Este trabalho analisou a abordagem da urbanização no Ensino Médio com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Lei 13.415/2017, considerando suas potencialidades, limitações e possibilidades pedagógicas. O estudo buscou compreender como os conceitos de território, lugar, região, paisagem e natureza podem ser trabalhados para aproximar os estudantes da realidade urbana e desenvolver análise crítica de fenômenos sociais, econômicos e ambientais. A pesquisa mostrou que a BNCC oferece uma estrutura curricular que permite integrar teoria e prática, favorecendo o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e cidadãs. Entre as práticas pedagógicas inovadoras apontadas, destacam-se o mapeamento participativo da cidade, a observação do espaço próximo à escola, o uso de tecnologias digitais e projetos interdisciplinares, possibilitando que os alunos analisem problemas urbanos de forma contextualizada. Apesar de desafios relacionados à diversidade de contextos escolares e recursos limitados, o estudo mostra que a BNCC constitui um instrumento relevante para orientar o ensino da urbanização, incentivando práticas críticas, reflexivas e significativas. Sendo assim, professores podem formar alunos capazes de compreender e intervir no espaço urbano, promovendo aprendizagem contextualizada, interdisciplinaridade e cidadania.

Palavras-chave: espaço urbano; cidadania, interdisciplinaridade; práticas pedagógicas; aprendizagem contextualizada .

ABSTRACT

This study analyzed the approach to urbanization in high school based on the National Common Curricular Base (BNCC), established by Law 13,415/2017, considering its potentialities, limitations, and pedagogical possibilities. The research aimed to understand how the concepts of territory, place, region, landscape, and nature can be applied to bring students closer to the urban reality and develop critical analysis of social, economic, and environmental phenomena. The study showed that the BNCC provides a curricular framework that allows the integration of theory and practice, promoting the development of cognitive, socio-emotional, and civic competencies. Among the innovative pedagogical practices highlighted are participatory city mapping, observation of the school's surrounding area, the use of digital technologies, and interdisciplinary projects, enabling students to analyze urban issues in a contextualized manner. Despite challenges related to the diversity of school contexts and limited resources, the BNCC proves to be a relevant tool for guiding urbanization teaching, encouraging critical, reflective, and meaningful practices. Therefore, teachers can prepare students to understand and actively engage with urban space, fostering contextualized learning, interdisciplinarity, and citizenship.

Keywords: urban space; citizenship; interdisciplinarity; pedagogical practices; contextualized learning.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Objetivos.....	8
2.1 Objetivo Geral.....	8
2.2 Objetivos Específicos.....	8
3. Fundamentação Teórica	9
3.1 O ensino da Geografia no Ensino Médio	9
3.2 A temática da urbanização nos estudos geográficos	10
3.3 Educação geográfica e competências da BNCC	11
4. Metodologia.....	13
5. A urbanização no ensino da Geografia	15
5.1 Urbanização: conceitos e processos	16
5.2 Impactos socioespaciais da urbanização	17
5.3 Urbanização e o espaço vivido: relações com o cotidiano escolar.....	18
6. A temática da urbanização na BNCC	20
6.1 Estrutura da BNCC para o Ensino Médio	21
6.2 Competências e habilidades relacionadas à urbanização	22
6.3 Análise crítica da abordagem da BNCC	24
7. Análise e Discussão dos Resultados	25
7.1 Potencialidades da BNCC para o ensino da urbanização	26
7.2 Limitações e desafios para o ensino de Geografia	27
7.3 Possibilidades para práticas pedagógicas inovadoras	28
8. Considerações Finais	30
Referências	32

1 INTRODUÇÃO

A urbanização é um dos fenômenos mais importantes da sociedade contemporânea e constitui um dos principais objetos de estudo da Geografia. No Brasil, mais de 84% da população vive em áreas urbanas (IBGE, 2022), o que torna o entendimento da produção do espaço urbano, das desigualdades socioespaciais e das dinâmicas populacionais essencial para a formação cidadã. Nesse sentido, a Geografia escolar tem papel central na construção de uma leitura crítica da cidade, de suas contradições e dos desafios socioambientais que dela decorrem.

Para Milton Santos (1993, p. 25), “a urbanização não é apenas a multiplicação de cidades, mas um processo histórico que reorganiza a sociedade e o território”. Essa ideia carrega a noção de que a cidade deve ser compreendida não apenas como um espaço físico, mas como resultado das relações sociais que a produzem. Da mesma forma, Henri Lefebvre (2001) argumenta que a cidade deve ser entendida como uma obra social, onde se materializam disputas por poder, desigualdades e resistências. A incorporação desses debates no ensino de Geografia é fundamental para que estudantes possam interpretar criticamente a realidade urbana em que vivem.

A escola, nesse contexto, é chamada a contribuir para que os sujeitos entendam a complexidade da urbanização e os direitos associados à vida urbana. Segundo Cavalcanti (2010, p. 57), “ensinar Geografia é possibilitar ao aluno compreender o espaço vivido, articulando a escala local e global, de modo a desenvolver a consciência espacial crítica”. Isso significa que os conteúdos relacionados à urbanização e à cidade, quando trabalhados de forma contextualizada, podem auxiliar os estudantes a perceberem as relações entre processos globais de urbanização e as dinâmicas cotidianas de seus bairros, periferias e metrópoles.

O debate sobre o ensino da cidade e da urbanização, entretanto, não depende apenas da vontade e da prática docente, mas também dos referenciais curriculares que orientam o trabalho pedagógico. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para a Educação Básica e em 2018 para o Ensino Médio, é o documento normativo que estabelece competências e habilidades essenciais para a formação dos estudantes. De acordo com o texto da BNCC (BRASIL, 2018), o documento busca “assegurar aos alunos o desenvolvimento de competências que os tornem capazes de compreender a realidade, participar da vida social e tomar decisões éticas e responsáveis”.

Por isso, é importante analisar de que maneira a BNCC aborda a temática da urbanização no componente curricular de Geografia do Ensino Médio. Afinal, como

aponta Callai (2013, p. 25), “o conhecimento geográfico escolar deve possibilitar a leitura crítica do espaço, entendendo-o como um produto social”. Se a BNCC, enquanto documento orientador, não garante uma abordagem crítica sobre as cidades, existe o risco de que os estudantes tenham acesso apenas a conteúdos descritivos, desconectados das vivências urbanas que estão inseridos no seu cotidiano.

Assim, esta monografia tem como objetivo analisar como a BNCC do Ensino Médio aborda o ensino da urbanização na disciplina de Geografia. Tendo a hipótese de que o documento apresenta a urbanização de maneira fragmentada, sem aprofundar questões relativas à segregação socioespacial, à exclusão e ao direito à cidade, elementos fundamentais para uma formação crítica. Para essa finalidade serão identificadas as competências e habilidades que tratam da urbanização, discutindo-se em que medida favorecem uma compreensão crítica da realidade urbana.

Este trabalho se justifica pela relevância do tema urbano no contexto brasileiro e pela necessidade de refletir sobre o papel da Geografia escolar na formação de sujeitos conscientes de sua realidade socioespacial. A análise da BNCC, enquanto documento que norteia currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas, possibilita compreender os limites e as potencialidades do ensino de Geografia no trato da urbanização.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analizar a abordagem da urbanização no Ensino Médio com base na BNCC e suas contribuições para o ensino de Geografia.

2.2 Objetivos Específicos

- Compreender como a BNCC orienta o ensino da urbanização no Ensino Médio;
- Identificar as potencialidades e limitações da BNCC para o ensino da Geografia urbana;
- Analisar como os conceitos geográficos podem contribuir para o estudo da urbanização;

3 . FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O ensino da Geografia no Ensino Médio

O ensino da Geografia no Ensino Médio tem um papel estratégico na formação crítica dos discentes, ainda mais porque contribui para a compreensão da organização do espaço geográfico e das relações sociais que nele se desenvolvem. Segundo Callai (2013), a Geografia escolar não deve se restringir à memorização de conteúdos, mas precisa favorecer a construção de uma leitura crítica da realidade, estimulando o estudante a perceber-se como sujeito ativo no espaço em que vive.

As transformações recentes no currículo dessa etapa educacional impactaram diretamente o ensino da disciplina. A promulgação da Lei nº 13.415/2017, conhecida como a “Reforma do Ensino Médio”, introduziu mudanças estruturais na organização curricular, como a ampliação da carga horária mínima anual e a implementação dos itinerários formativos (BRASIL, 2017). Ainda que essas alterações tenham sido justificadas como forma de flexibilizar e modernizar a educação, críticas apontam para o risco de redução da carga horária das Ciências Humanas, incluindo a Geografia, o que pode comprometer a formação crítica e cidadã dos estudantes (VESENTINI, 2018).

Nesse sentido, as discussões sobre o ensino de Geografia ganharam novas dimensões diante da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, que define competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes. A BNCC estabelece que a Geografia, integrada à área de Ciências Humanas, deve possibilitar a análise das dinâmicas espaciais e a compreensão das desigualdades socioespaciais, favorecendo a reflexão sobre temas atuais como urbanização, migrações, questões ambientais e transformações no mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

Como explica Cavalcanti (2019), já que Geografia escolar é chamada a enfrentar o desafio de articular conhecimentos científicos com o cotidiano dos estudantes, de modo a tornar o aprendizado significativo. Esse aspecto é ainda mais relevante no Ensino Médio, etapa que exige maior autonomia intelectual, raciocínio crítico e capacidade de correlacionar conteúdos com problemas concretos da sociedade.

Outro ponto fundamental refere-se ao papel do professor. Conforme pontua Vesentini (2018), o ensino da disciplina não deve ser tratado como um simples repasse de informações, mas como prática pedagógica que mobiliza questionamentos, debates e interpretações diversas sobre a realidade espacial. O docente, portanto, atua como mediador do conhecimento, estimulando a reflexão e ampliando as possibilidades de leitura crítica do espaço.

Pensando nisso, Moreira e Sposito (2020) destacam que o ensino de Geografia deve se alinhar às demandas contemporâneas, como a análise das cidades, da globalização e das novas formas de territorialidade, uma vez que tais fenômenos impactam diretamente a vida dos jovens. Assim, é necessário utilizar metodologias diversificadas e materiais didáticos atualizados, que permitam ao estudante relacionar os conceitos geográficos com sua própria experiência cotidiana.

Por isso, o ensino da Geografia no Ensino Médio ultrapassa a mera transmissão de conteúdos. Ele se configura como espaço privilegiado para o desenvolvimento da cidadania, da criticidade e da consciência espacial, competências indispensáveis para compreender e intervir no mundo atual.

3.2 A temática da urbanização nos estudos geográficos

A urbanização integra uma das principais temáticas dos estudos geográficos, dado o impacto direto que os processos de expansão urbana exercem sobre a organização do espaço e sobre a vida da população. Como destaca Santos (2009), compreender a urbanização é essencial para desvendar as desigualdades socioespaciais, uma vez que a cidade é, simultaneamente, espaço de oportunidades e de exclusões.

No Brasil, o processo de urbanização trouxe características próprias, marcadas pela rápida concentração populacional nos centros urbanos a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Corrêa (2011), a urbanização brasileira é resultado de uma industrialização tardia e concentrada, que produziu metrópoles desiguais e fragmentadas. Isso exige da Geografia escolar uma análise crítica das contradições entre o espaço urbano planejado e o vivido.

A abordagem geográfica da urbanização não se limita aos aspectos físicos ou demográficos. Segundo Carlos (2015), a cidade deve ser entendida como espaço socialmente produzido, resultado da ação de diferentes agentes, como o Estado, mercado imobiliário, movimentos sociais e população em geral que moldam continuamente a paisagem urbana. Nesse sentido, o estudo da urbanização permite ao aluno compreender como a lógica do capital e as políticas públicas impactam diretamente a organização do espaço urbano.

Outro aspecto importante é a conexão entre urbanização e cidadania. Para Maricato (2013), a urbanização brasileira reflete a ausência histórica de planejamento inclusivo, o que resulta em déficits habitacionais, precariedade de serviços e segregação socioespacial. Esse debate é fundamental no contexto escolar, pois aproxima os conteúdos de Geografia da realidade vivida pelos estudantes, sobretudo aqueles que habitam áreas periféricas.

Além disso, a urbanização deve ser analisada também a partir de sua dimensão global. Harvey (2012) argumenta que as cidades contemporâneas são o palco das contradições do capitalismo global, revelando tanto inovações quanto desigualdades profundas. Assim, o ensino de Geografia deve possibilitar aos alunos relacionar a urbanização local às transformações globais, favorecendo uma leitura crítica do espaço em múltiplas escalas.

Por isso, a urbanização, como temática geográfica, constitui eixo central para a formação cidadã e crítica dos estudantes. Ao estudar a produção e a transformação das cidades, a Geografia escolar possibilita a compreensão das dinâmicas socioespaciais e contribui para que os alunos reflitam sobre seu papel como sujeitos no espaço urbano.

3.3 Educação geográfica e competências da BNCC

A educação geográfica, enquanto campo da formação escolar, tem como objetivo formar raciocínios espaciais que permitam ao estudante interpretar, problematizar e intervir no mundo. Nesse sentido, o desafio contemporâneo do ensino de Geografia passa por articular saberes disciplinares com conceitos de espaço, escala, território, paisagem e lugar, com competências que habilitem o indivíduo a entender as transformações socioespaciais, especialmente em contextos urbanos complexos.

Essa articulação é justamente o foco central da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja versão definitiva para o Ensino Médio foi homologada em 2018 e institui um conjunto de aprendizagens essenciais e competências a serem desenvolvidas ao longo da educação básica.

A BNCC organiza-se em competências gerais (dez competências) que orientam a formação integral do sujeito, entre elas, o pensamento científico, crítico e criativo; a capacidade de argumentação e comunicação; a valorização da diversidade; a responsabilidade e o exercício da cidadania; e o uso crítico das linguagens e tecnologias.

Para a Geografia escolar, essa matriz competencial implica deslocar a ênfase do mero acúmulo de conteúdos para a formação de habilidades que permitam ler o espaço em múltiplas escalas e contextos, relacionando o local e o global e articulando conhecimentos com práticas cidadãs.

Porém, a incorporação da BNCC no Ensino Médio ocorreu no marco de profundas mudanças curriculares promovidas pela Lei nº 13.415/2017 (a “Reforma do Ensino Médio”), que introduziu itinerários formativos e novas formas de organização da carga horária. A legislação alterou o desenho curricular da etapa e abriu espaço para flexibilizações que, na prática, têm afetado a maneira como a Geografia é ofertada e o tempo dedicado a ela nas diferentes redes e escolas. Essa configuração impõe

reflexões sobre como as competências estabelecidas pela BNCC se traduzem em ofertas curriculares e práticas pedagógicas reais.

A bibliografia e os estudos empíricos sobre a implementação da BNCC para a Geografia têm apontado tanto potencialidades quanto limites. Entre as potencialidades, destaca-se a ênfase no pensamento espacial e na linguagem cartográfica, que a BNCC reconhece como ferramentas centrais para se trabalhar a leitura e a produção de representações do espaço, um aspecto importante para a apropriação conceitual e metodológica dos estudantes.

Pesquisas sobre a presença da linguagem cartográfica na BNCC indicam que o documento valoriza a competência de leitura e elaboração de mapas como suporte para análises geográficas, o que pode reforçar a formação de habilidades técnicas e interpretativas.

Em contrapartida, estudos críticos alertam para riscos associados à abordagem competencial e à reorganização curricular: alguns autores argumentam que a BNCC tende, em certos trechos, a tornar a Geografia mais difusa dentro do amplo campo das “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, reduzindo a especificidade conceitual e a profundidade do tratamento de temas centrais como a urbanização, a segregação socioespacial e o direito à cidade.

Pesquisas de caráter bibliográfico-documental e análises críticas da BNCC têm apontado a necessidade de atenção para que as competências não se traduzam em um ensino tecnicista ou descontextualizado, mas em práticas que preservem a dimensão crítica e política do conhecimento geográfico.

Outro nó importante identificado na literatura é a condição de implementação: a BNCC define intenções e competências, mas a efetivação dessas metas depende fortemente da formação inicial e continuada dos professores, dos materiais didáticos produzidos, da infraestrutura escolar e das orientações das secretarias de educação.

Estudo recente que discute práticas e formação docente relata que, sem programas de formação que articulem conteúdos geográficos, didática e uso de tecnologias, a simples presença de competências no documento normativo dificilmente se converterá em práticas pedagógicas transformadoras nas salas de aula. Assim, o desenvolvimento das competências previstas na BNCC exige políticas públicas e ações formativas que deem suporte à docência.

Diante desse quadro, propõe-se entender a relação entre educação geográfica e competências da BNCC como um terreno de mediação: a BNCC apresenta um quadro normativo capaz de orientar um ensino de Geografia pautado por competências relevantes ao mundo contemporâneo, mas a realização prática dessas competências exige escolhas curriculares conscientes, materiais que problematizam a cidade e a urbanização e formação docente que preserve o caráter crítico da disciplina.

Em termos operativos para a análise deste trabalho de conclusão de curso, é então necessário verificar não apenas o que a BNCC prevê em termos de competências relacionadas à urbanização e ao espaço urbano, mas como essas prescrições conceituais podem (ou não) efetivar práticas de ensino que promovam leitura crítica, análise de desigualdades e formação cidadã.

4. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental, orientada pela análise de referenciais teóricos e normativos relacionados ao ensino de Geografia e à abordagem da temática da urbanização no Ensino Médio. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, o que se adequa ao propósito deste estudo, centrado na interpretação crítica de documentos e produções acadêmicas.

A investigação não envolveu aplicação empírica ou observação direta em campo, concentrando-se na interpretação e análise crítica de materiais oficiais e teóricos. Foram utilizados, como principais documentos normativos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e a Lei nº 13.415/2017, que reestrutura o Ensino Médio no Brasil e redefine as diretrizes curriculares nacionais. Tais documentos constituem a base legal e pedagógica sobre a qual se discutem as competências, habilidades e conteúdos vinculados à Geografia escolar.

No campo teórico, a pesquisa fundamentou-se em autores que problematizam o ensino da Geografia e suas práticas no contexto da educação básica, como Callai (2013), Cavalcanti (2019), Kaercher (2014) e Santos (2006). Esses autores oferecem perspectivas críticas sobre o papel da Geografia na formação cidadã, os desafios da prática docente e a necessidade de desenvolver uma educação geográfica que relate o conhecimento científico com o cotidiano do aluno.

O percurso metodológico consistiu na leitura, sistematização e análise dos conteúdos presentes na BNCC referentes à temática da urbanização, em diálogo com as seções teóricas do trabalho: o ensino da Geografia no Ensino Médio, a urbanização nos estudos geográficos e as competências geográficas propostas pela BNCC. A análise buscou compreender como a BNCC propõe o ensino da urbanização, identificando potencialidades, limitações e possibilidades pedagógicas no contexto da escola pública brasileira.

A abordagem qualitativa possibilitou realizar uma leitura interpretativa e crítica do documento, relacionando seus pressupostos às práticas e desafios do ensino de

Geografia. Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa busca compreender significados e processos, valorizando a dimensão simbólica e subjetiva dos fenômenos educativos. Assim, o estudo procurou evidenciar de que forma o discurso normativo da BNCC dialoga — ou não — com as condições concretas do trabalho docente e com a realidade social dos estudantes.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES: A URBANIZAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA À LUZ DA BNCC

A urbanização constitui um dos eixos centrais do ensino de Geografia, sobretudo no Ensino Médio, período em que os estudantes já dispõem de maior capacidade de abstração e conseguem compreender os processos sociais em múltiplas escalas.

Enquanto fenômeno histórico, social e espacial, a urbanização traz transformações profundas na organização do território, envolvendo fluxos populacionais, dinâmicas econômicas, impactos ambientais e a produção de desigualdades socioespaciais. Por isso, o tema ocupa lugar de destaque nos currículos e materiais didáticos, sendo considerado fundamental para a formação cidadã e crítica dos jovens.

Segundo Carlos (2015), compreender a urbanização significa interpretar como as relações sociais se territorializam e se materializam em formas urbanas, revelando as contradições da sociedade capitalista e suas repercussões no espaço. O estudo da urbanização permite ao estudante analisar tanto os aspectos quantitativos, como o crescimento demográfico e a expansão das cidades quanto qualitativos, como a segregação espacial, a gentrificação, a mobilidade urbana e a precariedade habitacional.

A BNCC (BRASIL, 2018) reforça essa perspectiva ao indicar que o ensino de Geografia deve desenvolver competências relacionadas à leitura crítica das cidades, à identificação dos problemas socioambientais urbanos e à análise da articulação entre escalas local, regional e global. Assim, a urbanização não é tratada apenas como um processo demográfico ou econômico, mas como um fenômeno multidimensional que envolve cultura, política, meio ambiente e desigualdade social.

Para completar, o estudo da urbanização permite mobilizar conceitos estruturantes da Geografia, como espaço, lugar, paisagem, território e região. Cavalcanti (2019) ressalta que a abordagem da urbanização nos currículos deve articular esses conceitos para que o aluno perceba o caráter relacional e dinâmico do espaço urbano, compreendendo-o como resultado de práticas sociais e das lógicas de produção e reprodução da vida cotidiana.

Os livros didáticos também desempenham papel importante nesse processo. Pesquisas como a de Moraes (2021) apontam que a urbanização aparece de forma recorrente nas coleções de Geografia, tanto em capítulos específicos quanto em seções que abordam mobilidade, meio ambiente urbano e globalização. Contudo, muitas vezes, os materiais priorizam uma visão descritiva e quantitativa, sem avançar para discussões críticas sobre os impactos sociais, o direito à cidade ou a sustentabilidade urbana. Isso reforça a necessidade de que o professor atue como mediador, problematizando e

contextualizando o conteúdo em diálogo com a realidade vivida pelos estudantes.

Outro aspecto importante é a possibilidade de vincular o estudo da urbanização a metodologias ativas de ensino. O trabalho de campo, a análise de mapas, imagens de satélite, fotografias e reportagens são recursos que possibilitam ao estudante relacionar teoria e prática, percebendo como os processos urbanos se manifestam em seu entorno.

Souza e Katuta (2020) argumentam que, ao trazer a realidade da cidade para a sala de aula, a Geografia escolar potencializa a formação crítica e promove maior engajamento discente. Sendo assim, a urbanização no ensino da Geografia deve ser entendida como um eixo temático estruturador que contribui para o desenvolvimento de competências previstas na BNCC, ao mesmo tempo em que permite trabalhar várias outras questões e possibilita a articulação entre teoria e prática.

Esse tratamento geral será aprofundado em momento posterior, quando se discutirá de que maneira a BNCC organiza os conteúdos de urbanização no Ensino Médio e como esse tema se materializa nas orientações curriculares e nos materiais didáticos.

5.1 Urbanização: conceitos e processos

O ensino da urbanização em Geografia vai além da simples descrição do crescimento das cidades. Ele deve articular conceitos que permitam compreender como o espaço urbano se organiza, quais agentes sociais participam desse processo e de que maneira essas transformações afetam a vida cotidiana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) orienta que cinco conceitos centrais da Geografia sejam mobilizados ao longo da educação básica, que são: território, lugar, região, natureza e paisagem. Esses conceitos são ferramentas fundamentais para que o estudante desenvolva um raciocínio espacial e consiga analisar criticamente os processos urbanos.

O território pode ser entendido como o espaço apropriado por relações de poder, que podem se expressar tanto em disputas políticas quanto em estratégias econômicas (RAFFESTIN, 1993). No contexto urbano, o território se materializa na delimitação de áreas para diferentes usos, como moradia, comércio, indústria, mas também na segregação socioespacial, nos conflitos fundiários e na ação de agentes como o Estado e o mercado imobiliário.

O lugar, por sua vez, remete à dimensão da experiência e do pertencimento. Como observa Tuan (1983), o lugar é vívido, carregado de significados e afetos. Na cidade, isso se traduz em práticas cotidianas, redes de sociabilidade e vínculos identitários. Ao mesmo tempo, os processos de urbanização podem modificar drasticamente a relação das pessoas com seus lugares, seja pela gentrificação, pela

precarização habitacional ou pela mobilidade forçada.

A região aparece como recorte espacial que organiza e diferencia o território (CORRÊA, 1995). Aplicada à urbanização, ela ajuda a compreender as hierarquias entre cidades, os diferentes níveis de integração regional e as desigualdades internas a um mesmo espaço urbano, como a separação entre centro e periferia. Esse conceito, portanto, possibilita relacionar o fenômeno urbano com escalas mais amplas da economia e da sociedade.

O conceito de natureza também ganha destaque quando se discute urbanização. A BNCC (BRASIL, 2018) ressalta que natureza e sociedade devem ser compreendidas em sua interação, e não como esferas separadas. O avanço da urbanização implica a transformação da natureza, seja pela impermeabilização dos solos, pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis ou pela poluição. Essa abordagem permite problematizar os impactos socioambientais do crescimento das cidades.

Por fim, a paisagem é compreendida como a expressão visível das transformações do espaço geográfico, resultado da ação conjunta de elementos naturais e sociais (CARLOS, 2015). No ambiente urbano, a paisagem reflete tanto a verticalização e a modernização quanto a desigualdade e a segregação. Trabalhar esse conceito em sala de aula ajuda o estudante a observar, interpretar e questionar as marcas do processo de urbanização ao seu redor.

Além dos conceitos, é necessário destacar os processos de urbanização, que a BNCC (2018) propõe como conteúdos essenciais a serem discutidos no Ensino Médio. Entre eles, estão o crescimento demográfico das cidades, a industrialização, a metropolização, a globalização, a mobilidade, a segregação socioespacial e os impactos ambientais decorrentes da urbanização.

A análise desses processos deve ser articulada às escalas local, regional e global, permitindo ao estudante compreender tanto a realidade de sua própria cidade quanto os grandes fenômenos urbanos contemporâneos.

Assim, ao relacionar os conceitos estruturantes da Geografia com os processos de urbanização, o ensino amplia a capacidade crítica dos estudantes. Mais do que memorizar dados ou etapas históricas, trata-se de formar sujeitos capazes de interpretar o espaço urbano em sua complexidade, identificando desigualdades e refletindo sobre possibilidades de construir cidades mais justas e sustentáveis.

5.2 Impactos socioespaciais da urbanização

A urbanização brasileira, marcada pela rapidez e pela falta de planejamento, vem produzindo transformações profundas nas cidades, mas também ampliando desigualdades. Esse movimento é particularmente evidente em Recife e sua Região Metropolitana, onde convivem áreas valorizadas, dotadas de infraestrutura e serviços, com bairros periféricos que enfrentam precariedade habitacional, deficiências no saneamento e forte vulnerabilidade social.

Esse cenário traduz o que Milton Santos (2008) descreve como uma urbanização excludente, que integra certos territórios à lógica do capital ao mesmo tempo em que marginaliza outros.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de que os estudantes compreendam tais contradições. Para o Ensino Médio, a BNCC propõe que a Geografia possibilite a análise crítica dos processos que produzem o espaço urbano, considerando tanto seus aspectos positivos quanto seus impactos sociais e ambientais (BRASIL, 2018).

Isso significa compreender, por exemplo, como a impermeabilização do solo e a ocupação de áreas de risco contribuem para a ocorrência de desastres, como os deslizamentos registrados em 2022 em Jardim Monte Verde, que deixaram dezenas de vítimas (FREITAS; CAVALCANTI, 2022).

Outro aspecto central são os problemas relacionados à mobilidade urbana. Em Recife, os congestionamentos frequentes e a sobrecarga do transporte público revelam desigualdades no acesso ao espaço da cidade. Esses debates se alinham às competências específicas da Geografia na BNCC, que incentivam os alunos a relacionar os fenômenos em diferentes escalas do local ao global e a refletir sobre alternativas que tornem a vida urbana mais justa e sustentável.

Então, ao tratar dos impactos socioespaciais da urbanização, o ensino de Geografia não apenas apresenta conceitos abstratos, mas aproxima o estudante de sua realidade cotidiana. A discussão em sala de aula sobre segregação socioespacial, desastres ambientais ou mobilidade urbana possibilita que o conhecimento geográfico seja usado como ferramenta de leitura crítica do mundo, em consonância com a competência geral nº 7 da BNCC, que propõe argumentar a partir de fatos e dados confiáveis.

Por isso que a escola desempenha papel fundamental para que o jovem compreenda que os problemas urbanos não são naturais, mas resultado de escolhas políticas, econômicas e sociais que podem e devem ser questionadas.

O processo de urbanização transforma não apenas o espaço físico das cidades, mas também a maneira como seus habitantes vivenciam o território. A cidade deixa de ser um cenário neutro para se tornar palco de experiências diárias, de interações sociais e de práticas que refletem e reproduzem desigualdades socioespaciais.

Nesse contexto, o conceito de espaço vivido, inspirado nas ideias de Lefebvre (2001), é fundamental para compreender como a urbanização impacta o cotidiano, inclusive no ambiente escolar.

Nas escolas localizadas em áreas urbanas, o espaço vivido pelos estudantes está diretamente relacionado às condições de mobilidade, infraestrutura e segurança do entorno. Em Recife, por exemplo, alunos de bairros periféricos enfrentam deslocamentos longos e perigosos até chegar às escolas, enfrentando congestionamentos, transporte público insuficiente e risco de acidentes.

Essa realidade interfere no aproveitamento do tempo escolar, na assiduidade e, consequentemente, no desempenho acadêmico. Por outro lado, escolas situadas em áreas centrais ou mais valorizadas oferecem trajetos mais curtos e maior acesso a equipamentos públicos, reforçando diferenças já existentes entre estudantes de distintos contextos socioespaciais (SANTOS, 2008).

Além disso, a urbanização influencia a percepção do próprio território pelos estudantes. O lugar de moradia, os espaços públicos frequentados e a relação com a vizinhança moldam a experiência cotidiana e a construção de identidades. O ambiente escolar, nesse sentido, funciona como um espaço de mediação entre o vivido e o aprendido: os estudantes não apenas recebem informações sobre o espaço urbano, mas constroem, a partir de suas experiências, interpretações sobre desigualdade, mobilidade, segregação e organização da cidade.

Lefebvre (2001) argumenta que o espaço não é apenas produzido materialmente, mas também socialmente, o que significa que a vivência cotidiana é constitutiva do conhecimento geográfico. A própria BNCC (BRASIL, 2018) reforça a importância dessa perspectiva ao propor que a Geografia trabalhe com conceitos que relacionem espaço e sociedade, como território, lugar e paisagem, permitindo que os alunos analisem o espaço que ocupam de maneira crítica.

Ao discutir os impactos da urbanização no cotidiano escolar, a disciplina oferece ferramentas para compreender como o crescimento urbano e a segregação socioespacial afetam diretamente a vida dos estudantes, refletindo em suas oportunidades de aprendizado e em sua experiência de pertencimento ao espaço da cidade.

Assim, observar a urbanização a partir do espaço vivido dos estudantes contribui para um ensino de Geografia mais sensível e reflexivo. Não se trata apenas de transmitir conceitos abstratos, mas de conectar teoria e prática, analisando como desigualdades socioespaciais, problemas de mobilidade e limitações de infraestrutura repercutem na rotina escolar.

Essa abordagem crítica possibilita que os alunos desenvolvam habilidades de análise do espaço urbano e compreensão da complexidade da vida urbana, fortalecendo competências previstas na BNCC e estimulando a reflexão sobre alternativas para cidades mais justas e inclusivas.

6. A TEMÁTICA DA URBANIZAÇÃO NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define orientações para o Ensino Médio, propondo que a Geografia seja ensinada de forma a articular conceitos fundamentais com a análise de processos sociais, econômicos e ambientais que moldam as cidades. Entende-se que, a urbanização é apresentada como um fenômeno dinâmico, capaz de transformar territórios, reorganizar relações sociais e gerar desafios para a vida cotidiana e para a gestão do espaço urbano (BRASIL, 2018).

A BNCC orienta que o estudo da urbanização envolve diferentes escalas, como local, regional e global, e contemple suas múltiplas dimensões. Os alunos são estimulados a compreender que o crescimento das cidades não ocorre de maneira uniforme, mas sim marcado por desigualdades, segregação socioespacial e impactos ambientais, o que reforça a necessidade de uma análise crítica do fenômeno (BRASIL, 2018, p. 563).

O documento também indica que a urbanização deve ser abordada a partir dos conceitos estruturantes da Geografia: território, lugar, região, paisagem e natureza. Assim, ao estudar território, os alunos percebem como diferentes grupos sociais e econômicos se apropriam do espaço urbano; no conceito de lugar, refletem sobre experiências cotidianas e relações de pertencimento; e em paisagem, identificam as marcas visíveis da urbanização, incluindo desigualdades e transformações ambientais (BRASIL, 2018).

Outro ponto destacado é a necessidade de relacionar a urbanização a problemas concretos da vida urbana, como precariedade habitacional, mobilidade restrita, segregação social e impactos ambientais. Essa abordagem permite que o ensino vá além da descrição de dados ou fenômenos, aproximando os estudantes da realidade que os cerca e incentivando o desenvolvimento de competências críticas, como análise de

informações, argumentação baseada em dados confiáveis e proposição de soluções para desafios urbanos (BRASIL, 2018, Competência Geral nº 7).

Sendo assim, a BNCC coloca a urbanização como tema principal e articulador no ensino da Geografia, integrando conceitos teóricos, análise de processos e reflexões sobre o cotidiano. Ao trabalhar essa temática, a escola contribui para formar estudantes capazes de compreender a complexidade do espaço urbano e refletir criticamente sobre desigualdades e transformações da cidade contemporânea.

6.1 Estrutura da BNCC para o Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Lei nº 13.415/2017 e consolidada pela Resolução CNE/CP nº 4/2018, redefiniu os rumos do Ensino Médio brasileiro ao propor uma reorganização curricular pautada por competências, habilidades e flexibilidade formativa.

A proposta representa um esforço de modernização, buscando alinhar a escola às transformações sociais, econômicas e tecnológicas do século XXI. Mas, na prática, a BNCC também traz contradições que merecem reflexão, especialmente quando se trata da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde se insere a Geografia.

A estrutura do documento se apoia em dois eixos principais: a formação geral básica, comum a todos os estudantes, e os itinerários formativos, que permitem trajetórias personalizadas de aprendizagem. A ideia de um currículo mais flexível pretende dar ao estudante maior protagonismo e liberdade de escolha, rompendo com a rigidez tradicional.

No entanto, essa mesma flexibilidade pode gerar desigualdades: em escolas públicas com infraestrutura precária e carência de professores, as possibilidades de escolha tendem a ser muito menores do que nas instituições privadas, o que evidencia um abismo educacional que a própria BNCC não resolve (SILVA; RIBEIRO, 2020).

No campo das Ciências Humanas, a BNCC reafirma a importância do pensamento crítico e do entendimento das relações entre tempo, espaço, sociedade e natureza. A Geografia, em particular, ganha relevância por possibilitar a leitura do mundo contemporâneo a partir das dinâmicas territoriais, urbanas e ambientais. Entretanto, o modo como o documento estrutura a distribuição dos conteúdos suscita debate.

Ao priorizar competências amplas em detrimento de conteúdos específicos, corre-se o risco de enfraquecer o domínio conceitual, algo essencial para o exercício crítico e a formação cidadã (BRASIL, 2018).

Um dos pontos fortes da BNCC é a valorização da interdisciplinaridade e da contextualização do conhecimento. Ao propor que os temas sejam tratados a partir de

problemas reais e cotidianos, a Base abre espaço para uma Geografia que dialogue com a vida do estudante, especialmente em temas como urbanização, mobilidade e meio ambiente. Essa abordagem reforça a necessidade de compreender o território como espaço vivido e em constante disputa, estimulando o olhar crítico sobre o próprio lugar em que o aluno está inserido.

Sabemos que há desafios estruturais que limitam a efetividade dessa proposta. A redução da carga horária destinada à Geografia no novo formato do Ensino Médio, somada à integração excessiva com outras disciplinas, pode diluir a especificidade do olhar geográfico, comprometendo a compreensão dos conceitos fundantes, como território, paisagem e região. Além disso, a implementação desigual dos itinerários formativos tem reforçado um modelo de ensino fragmentado, no qual os alunos das redes públicas acabam com acesso limitado às formações mais diversificadas (ARROYO, 2021).

A BNCC apresenta um duplo movimento: de um lado, introduz avanços pedagógicos ao aproximar o currículo da realidade e ao incentivar o desenvolvimento de competências amplas; de outro, esbarra nas contradições estruturais de um sistema educacional que ainda é profundamente desigual.

No caso da Geografia, a Base oferece potencial para um ensino mais reflexivo e socialmente engajado, mas esse potencial só se concretiza se houver condições materiais, valorização docente e clareza pedagógica sobre como traduzir as diretrizes em práticas significativas.

Mais do que uma mudança curricular, a BNCC exige uma mudança de cultura escolar, algo que depende menos do documento em si e mais das condições reais de quem ensina e aprende. Afinal, sem professores bem formados, com tempo e autonomia para planejar, toda proposta inovadora tende a se esvaziar na prática cotidiana.

6.2 Competências e habilidades relacionadas à urbanização

A discussão sobre competências e habilidades vinculadas ao ensino da urbanização em Geografia envolve compreender como a escola pode transformar o estudo das cidades em um exercício de leitura crítica do mundo. Mais do que transmitir informações sobre o crescimento urbano, a proposta da BNCC (BRASIL, 2018) é formar sujeitos capazes de analisar, argumentar e agir diante das contradições que marcam o espaço urbano contemporâneo. Nesse sentido, as competências não se restringem ao domínio conceitual, mas se ampliam para o desenvolvimento de posturas éticas, críticas e reflexivas sobre a vida nas cidades.

No Ensino Médio, o trabalho com a urbanização mobiliza um conjunto de competências gerais e específicas que se articulam ao pensamento geográfico. A BNCC enfatiza que o estudante deve compreender os processos sociais, econômicos e

ambientais que produzem o espaço urbano, reconhecendo as desigualdades que dele emergem e as possibilidades de transformação. Essa diretriz dialoga com a Competência Geral nº 7, que propõe a argumentação baseada em evidências, e com a Competência Geral nº 10, voltada à responsabilidade e à cidadania, ambas essenciais para formar um olhar crítico sobre os problemas urbanos.

A Geografia, ao tratar da urbanização, favorece o desenvolvimento do que Cavalcanti (2019) denomina pensamento espacial crítico, a capacidade de interpretar as relações entre sociedade e natureza em diferentes escalas e contextos. Essa habilidade se manifesta, por exemplo, quando o aluno consegue associar o avanço das áreas urbanizadas à exclusão de populações periféricas, à degradação ambiental ou às mudanças no uso e ocupação do solo. Trata-se de compreender o urbano como uma construção histórica e social, e não como um simples dado estatístico.

Do ponto de vista pedagógico, trabalhar a urbanização requer promover a articulação entre escalas e estimular o raciocínio relacional, compreender como fenômenos globais, como a globalização e o consumo, impactam o cotidiano local. Esse exercício cognitivo é fundamental para desenvolver as habilidades da área de Ciências Humanas previstas pela BNCC, como “analisar e comparar dinâmicas territoriais” e “avaliar criticamente a ação humana sobre o espaço” (BRASIL, 2018).

Assim, a urbanização torna-se uma porta de entrada para desenvolver competências analíticas complexas, conectando o conhecimento escolar à realidade vivida pelos estudantes. Além disso, a urbanização é um tema privilegiado para o desenvolvimento de competências socioemocionais, pois envolve a reflexão sobre convivência, empatia e diversidade.

O estudo dos espaços urbanos possibilita debater questões como o direito à cidade, a segregação socioespacial, o transporte público e as desigualdades de gênero e raça no espaço urbano. Essas discussões, quando conduzidas de forma crítica, aproximam a Geografia de uma educação cidadã, comprometida com a justiça social e a sustentabilidade.

Existem limites evidentes na implementação dessas competências. Como aponta Arroyo (2021), a proposta da BNCC pode esvaziar se for tratada apenas como um conjunto de metas a cumprir, sem considerar o contexto escolar real e a autonomia docente. No caso da urbanização, isso se expressa na dificuldade de trabalhar temas complexos dentro de uma carga horária reduzida e em meio a currículos fragmentados. Assim, o desafio não está apenas em definir quais competências desenvolver, mas em garantir condições efetivas para que elas se concretizem no cotidiano da escola.

Por isso, as competências e habilidades relacionadas à urbanização não devem ser vistas como um fim em si mesmas, mas como meios para desenvolver o pensamento geográfico, a sensibilidade social e o engajamento crítico dos estudantes. Ensinar sobre

urbanização, nesse sentido, é também ensinar sobre desigualdade, sustentabilidade, mobilidade e cidadania que são temas que, quando bem trabalhados, permitem que o aluno reconheça seu papel como agente transformador do espaço em que vive.

6.3 Análise crítica da abordagem da BNCC

A análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto do ensino de Geografia traz um conjunto de contradições entre o discurso de formação cidadã e a prática pedagógica que o documento induz. Mesmo que BNCC defende o desenvolvimento do pensamento crítico, do protagonismo estudantil e da leitura do território, o modo como suas competências e habilidades são organizadas busca reforçar uma concepção tecnicista e operacional da educação, reduzindo a complexidade da realidade geográfica a descrições superficiais.

De acordo com Frigotto (2021), a BNCC está inserida em uma lógica educacional que privilegia a adaptação do sujeito às demandas do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação emancipatória. Para o autor, as recentes reformas curriculares, como a promovida pela Lei nº 13.415/2017, vinculam a escola à lógica da produtividade e da eficiência, despolitizando o papel da educação.

Essa crítica é particularmente pertinente à Geografia, uma disciplina que historicamente busca desenvolver o olhar crítico sobre o espaço, as desigualdades e as relações de poder que o configuram. Ao adotar um modelo de ensino pautado por “competências” mensuráveis, a BNCC limita a autonomia intelectual do estudante e do professor, priorizando resultados sobre processos de reflexão.

A autora Helena Callai (2018) reforça essa preocupação ao destacar que o ensino de Geografia deve partir da experiência do sujeito e de seu “lugar de vida”, e não apenas de um conjunto de conteúdos normativos. Para a autora, “ensinar Geografia é ensinar a ler o mundo”, e essa leitura não pode ser neutra, pois implica compreender as contradições sociais e espaciais que estruturam o território.

Quando a BNCC propõe a urbanização apenas como um processo de crescimento físico das cidades, sem contextualizar suas dimensões sociais, políticas e ambientais, ela restringe o potencial formativo da disciplina. Assim, o que deveria ser um estudo sobre as múltiplas expressões da vida urbana acaba diminuindo a identificação de fenômenos.

Em um ponto de vista semelhante, Farias (2020) observa que as atuais políticas curriculares da educação básica têm reforçado um modelo de “cidadania produtiva”, que valoriza competências técnicas e comportamentais mais do que o pensamento crítico. Para o autor, o ensino da Geografia tem sido afetado por essa lógica, especialmente porque a BNCC enfatiza habilidades procedimentais, como comparar mapas ou

identificar fenômenos, sem necessariamente orientar o desenvolvimento da análise espacial crítica. Isso enfraquece o papel da disciplina na formação de sujeitos capazes de compreender e transformar o espaço em que vivem.

Além disso, Gomes (2022) analisa que a BNCC reflete um projeto de educação orientado por parâmetros econômicos, no qual o conhecimento é tratado como mercadoria e o currículo como instrumento de regulação social. Essa crítica ganha força quando observamos que a BNCC, embora proclame a valorização da diversidade e da autonomia, impõe um formato padronizado de ensino que pouco considera as especificidades regionais e territoriais.

No caso da urbanização, por exemplo, as desigualdades socioespaciais observadas em cidades como Recife, marcadas pela segregação urbana, pela precarização habitacional e pelos impactos ambientais, em que dificilmente encontram espaço de problematização dentro do documento.

Esses limites não anulam a importância da BNCC, mas evidenciam a necessidade de uma leitura docente ativa e crítica. Como destaca Callai (2018), o professor é o mediador entre o currículo oficial e a realidade vivida; cabe a ele recontextualizar os conteúdos, tensionar as lacunas e transformar a norma em reflexão. Assim, embora o documento apresente uma estrutura fechada, é na prática pedagógica, pensando na Geografia, que surgem possibilidades de resistência e reinvenção.

Por isso, a análise crítica da BNCC indica que o ensino de Geografia deve ir além da prescrição curricular e assumir o compromisso ético de formar leitores do espaço capazes de compreender e intervir nas realidades que os cercam. O estudo da urbanização, nesse contexto, não deve restringir-se à descrição dos processos urbanos, mas ser tratado como um campo de reflexão sobre os conflitos territoriais, as desigualdades e as disputas de poder que marcam o espaço urbano brasileiro.

A Geografia escolar, assim, reafirma seu papel como prática social e política, uma ferramenta para compreender e transformar o mundo, e não apenas para reproduzir o que está nos documentos oficiais.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: POTENCIALIDADES, LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS DA BNCC

Tendo em vista o que foi discutido ao longo deste trabalho, foi realizada uma análise crítica da abordagem da urbanização no ensino de Geografia, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio. A pesquisa buscou compreender como esse tema é estruturado no documento e de que forma pode ser

trabalhado de maneira significativa na educação básica, considerando os conceitos de território, paisagem, lugar, região e natureza.

A análise permitiu identificar como a BNCC orienta o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à leitura e compreensão do espaço urbano, destacando tanto suas potencialidades quanto às lacunas existentes entre o que é proposto e o que se realiza efetivamente em sala de aula.

A partir dessa reflexão, os tópicos seguintes aprofundarão a discussão sobre a potencialidade da BNCC para o ensino da urbanização, explorando como ela pode contribuir para uma formação crítica e cidadã dos estudantes.

Em seguida, serão apresentadas as limitações e desafios enfrentados no ensino de Geografia, especialmente no que se refere à abordagem da urbanização e à formação docente. Por fim, o trabalho propõe uma análise sobre as possibilidades para práticas pedagógicas inovadoras, considerando metodologias ativas e o uso de tecnologias e cartografias críticas como ferramentas de mediação entre o espaço vivido dos estudantes e os conteúdos geográficos escolares.

7.1 Potencialidades da BNCC para o ensino da urbanização

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta uma série de potencialidades para o ensino da urbanização no Ensino Médio, sobretudo por propor uma formação voltada para o pensamento crítico e para a compreensão da realidade social. Um de seus pontos mais significativos está na valorização dos conceitos estruturantes da Geografia, como o território, lugar, paisagem, região e natureza, que, segundo Cavalcanti (2019), são fundamentais para que os estudantes compreendam o espaço como resultado das relações sociais, e não apenas como um cenário físico.

A BNCC, ao integrar esses conceitos em suas competências específicas, permite que o estudo da urbanização ultrapasse a dimensão técnica e revele as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que produzem o espaço urbano. Outro aspecto positivo está na ênfase que o documento dá às competências gerais e específicas, que incentivam o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo.

Conforme destaca Callai (2013), o ensino de Geografia deve estimular o aluno a ser sujeito ativo na leitura do espaço, aproximando o conteúdo da realidade em que vive. Nesse sentido, a BNCC abre caminho para práticas mais investigativas, como o uso de cartografias sociais, observações de campo e análises do território local, permitindo que o tema da urbanização seja explorado a partir das vivências concretas dos estudantes. Essa abordagem torna o ensino mais contextualizado e contribui para o fortalecimento da cidadania.

Mas, a efetivação dessas potencialidades esbarra em desafios concretos do cotidiano escolar. Muitos professores enfrentam limitações estruturais, sobrecarga de trabalho e ausência de materiais didáticos adequados. De acordo com Santos (2020), as desigualdades regionais e a precarização das condições de ensino dificultam a consolidação das orientações curriculares propostas pela BNCC, fazendo com que o ideal previsto na norma nem sempre se concretize na prática. Além disso, há uma distância entre o discurso da autonomia docente e a rigidez das avaliações externas, que acabam por restringir a liberdade pedagógica.

Mesmo diante dessas dificuldades, a BNCC oferece um ponto de partida importante para repensar o ensino da urbanização, desde que suas diretrizes sejam reinterpretadas criticamente pelos professores. Como aponta Kaercher (2016), cabe ao docente ressignificar o currículo a partir de sua realidade, transformando a cidade em um “laboratório vivo” de aprendizagem.

Assim, quando bem mediada, a BNCC pode contribuir para que o estudo da urbanização não se restrinja à memorização de conceitos, mas se torne um processo de leitura crítica do mundo e de valorização do espaço vivido pelos estudantes.

7.2 Limitações e desafios para o ensino de Geografia

Apesar dos avanços trazidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino de Geografia no Ensino Médio enfrenta limitações estruturais, conceituais e pedagógicas, especialmente no que se refere à abordagem da urbanização. O documento propõe o desenvolvimento do pensamento crítico e a leitura do espaço geográfico, mas sua implementação depende de condições que muitas vezes não estão presentes nas escolas brasileiras.

Em grande parte das instituições públicas, os professores lidam com salas superlotadas, falta de recursos didáticos e carga horária reduzida, dificultando o trabalho com metodologias mais investigativas. Nesse contexto, Kaercher (2004) observa que ensinar Geografia de forma crítica exige esforço constante do docente, que precisa superar condições materiais e simbólicas limitantes para tornar a prática pedagógica significativa.

Outro desafio está na forma como a BNCC aborda a urbanização. Embora o documento inclua o tema no contexto das transformações do espaço geográfico, essa abordagem ainda é relativamente genérica e não enfatiza suficientemente questões contemporâneas, como segregação socioespacial, desigualdade urbana e sustentabilidade. Cavalcanti (2019) destaca que os conteúdos de Geografia precisam

ser constantemente atualizados para possibilitar a leitura das novas realidades e das contradições presentes no mundo contemporâneo, mostrando a necessidade de uma reflexão crítica sobre os processos urbanos atuais.

A formação docente também representa um desafio importante. Callai (2013) aponta que ensinar Geografia implica ensinar o espaço vivido, o que requer que o professor promova o diálogo entre os saberes científicos e as experiências cotidianas dos estudantes. Entretanto, muitos cursos de licenciatura ainda priorizam o conteúdo teórico em detrimento da didática, dificultando que o docente consiga mediar o currículo de maneira crítica e contextualizada, sobretudo em temas complexos como a urbanização.

A diversidade regional do país constitui outro fator que exige atenção. O ensino da urbanização precisa considerar as particularidades de cada território, incluindo formas de ocupação, problemas ambientais e desigualdades locais. Santos (2002) argumenta que o espaço é constituído por sistemas de objetos e sistemas de ações, e compreender a cidade requer a análise das relações sociais que a produzem. Nesse sentido, práticas homogêneas para todo o país podem não refletir a realidade vivida pelos estudantes em cidades como Recife, São Paulo ou Manaus.

Por isso que apesar das potencialidades da BNCC, a efetiva abordagem da urbanização no Ensino Médio depende da atuação crítica e reflexiva do professor, capaz de transformar as diretrizes do currículo em práticas pedagógicas contextualizadas, significativas e formadoras de sujeitos aptos a compreender e intervir no espaço urbano em que vivem.

7.3 Possibilidades para práticas pedagógicas inovadoras

Sabemos que a BNCC apresenta a urbanização como tema capaz de articular conceitos centrais da Geografia. Essa estrutura permite que o professor explore práticas pedagógicas inovadoras, aproveitando a liberdade de metodologia para transformar o estudo da urbanização em experiências investigativas e participativas.

Uma possibilidade é o uso de projetos de “cidade viva”, nos quais os alunos mapeiam áreas urbanas próximas à escola, identificando problemas como mobilidade, ocupação irregular, poluição e desigualdade socioespacial. Diferente de um levantamento tradicional, esses projetos podem integrar dados de campo, registros fotográficos, aplicativos de georreferenciamento e entrevistas com moradores, conectando o conteúdo curricular à vida real dos estudantes e estimulando a análise crítica da cidade.

Outra possibilidade é o laboratório urbano digital, que combina tecnologias como mapas interativos, realidade aumentada e simulações urbanísticas. Por exemplo, os estudantes podem recriar bairros de Recife ou de sua própria cidade, analisando os efeitos de diferentes políticas de ocupação urbana e infraestrutura sobre a qualidade de vida da população. Essa abordagem permite trabalhar conceitos da BNCC de forma interdisciplinar, conectando Geografia, Sociologia, História e Ciências Naturais, além de desenvolver competências digitais e de pensamento crítico (Cavalcanti, 2019).

Além disso, o estudo da urbanização pode ser vinculado a análises comparativas entre cidades brasileiras e internacionais, estimulando debates sobre globalização, desigualdades e sustentabilidade. Os alunos podem pesquisar casos de mobilidade urbana, ocupação irregular ou preservação ambiental, confrontando dados e propondo soluções locais com base em experiências globais. Isso promove não só a compreensão dos fenômenos urbanos, mas também a capacidade de reflexão crítica e tomada de decisão informada.

A BNCC, ao propor a urbanização como tema articulador dos conceitos geográficos, oferece uma base sólida que o professor pode transformar em práticas inovadoras e contextualizadas, aproximando teoria e experiência real, estimulando o pensamento crítico, a interdisciplinaridade e a cidadania ativa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou propor uma análise da abordagem da urbanização no Ensino Médio, tendo como base a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco nas possibilidades, limitações e práticas pedagógicas que podem ser desenvolvidas a partir desse conteúdo.

Ao longo deste estudo, foi possível entender que a BNCC representa um marco histórico importante para a educação brasileira, ao estabelecer diretrizes claras para o ensino da Geografia, aproximando conceitos como território, lugar, região, paisagem e natureza do cotidiano dos estudantes (BRASIL, 2017).

A própria BNCC, ao organizar o currículo de forma articulada e estruturada, permite que os professores possam trazer instrumentos para trabalhar a urbanização de maneira crítica e contextualizada. Ela não determina métodos específicos, mas fornece uma base sólida para que os docentes possam desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, investigativas e participativas, integrando teoria e experiência prática, observação do espaço vivido e análise de problemas reais das cidades (Callai, 2013).

A importância histórica da BNCC também reside no esforço de atualizar a educação básica, aproximando-a das demandas atuais da sociedade, como a compreensão das transformações urbanas, das desigualdades socioespaciais e dos impactos ambientais decorrentes do crescimento das cidades. Cavalcanti (2019) ressalta que ensinar Geografia hoje exige considerar os processos urbanos atuais e suas múltiplas dimensões, e a BNCC permite ao professor contextualizar esses conteúdos de forma mais ampla e crítica.

Foi analisado, ao longo do trabalho, que o ensino da urbanização enfrenta desafios cruciais. Salas de aula superlotadas, falta de recursos didáticos e a diversidade de contextos escolares podem dificultar a implementação de práticas ativas e inovadoras. Mesmo assim, diante dessas limitações, a BNCC possibilita que o docente desenvolva atividades que aproximem os alunos da realidade urbana, como projetos de mapeamento do bairro, análises de problemas locais e uso de tecnologias digitais, promovendo aprendizagem significativa, interdisciplinaridade e desenvolvimento de competências críticas e cidadãs (Santos, 2002; Kaercher, 2004).

Para além disso, este estudo evidenciou que o olhar atento para o ambiente escolar e o território próximo é fundamental para potencializar o ensino da urbanização. Ao observar o espaço vivido pelos estudantes, o professor pode conectar conceitos

teóricos à prática cotidiana, tornando o aprendizado mais concreto e significativo. Essa aproximação entre teoria e realidade contribui para formar sujeitos capazes de compreender, analisar e intervir criticamente no espaço urbano, fortalecendo o papel da Geografia como ferramenta de compreensão da sociedade e do mundo.

Então, apesar das limitações estruturais e das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, a BNCC se apresenta como um instrumento relevante e necessário para orientar o ensino da urbanização no Ensino Médio.

Ela possibilita que os professores desenvolvam estratégias pedagógicas inovadoras, aproximando os alunos da realidade urbana, promovendo análise crítica, reflexão interdisciplinar e o exercício da cidadania. A atualização constante da BNCC e a reflexão crítica sobre sua aplicação são, portanto, elementos essenciais para que a educação geográfica cumpra seu papel de formar cidadãos conscientes, críticos e preparados para entender, analisar e transformar o ambiente em que vivem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, A. B.; ARAÚJO, A. C. U.; SOUZA, P. V. L. de; et al. **O ensino de geografia frente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à premência de uma formação crítica e reflexiva.** Caderno Pedagógico, v. 21, n. 7, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/download/6167/3987/16503>.

ALCINÉIA DE SOUZA SILVA. **Questões que perpassam o ensino de Geografia com as proposições da Base Nacional Comum Curricular.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 7, n. 13, 2017. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/393>. Acesso em: 20 set. 2025.

ARROYO, Miguel G. **Curriculum, território em disputa.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 11.494/2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 11.494/2007, e institui a reforma do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

CALLAI, Helena Copetti. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo.** In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 2013.

CALLAI, Helena Copetti. **O ensino de Geografia: entre a escola e a universidade.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de Geografia e construção do pensamento crítico.** Goiânia: Editora UFG, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** 9. ed. Campinas: Papirus, 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.

FREITAS, L. G.; CAVALCANTI, L. F. **Chuvas em Pernambuco: urbanização, vulnerabilidade social e desastres ambientais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, n. 3, p. 449-468, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KAERCHER, N. A. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo**. Porto Alegre: Mediação, 2016.

KAERCHER, Nestor André. **O ensino de Geografia no século XXI: desafios e perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOREIRA, Ruy; SPOSITO, Eliseu Savério. **A Geografia escolar em tempos de globalização**. São Paulo: Contexto, 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, I. C.; PORTELA, M. O. B. BNCC: **O ensino de geografia e a linguagem cartográfica**. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 30, p. 39-54, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12706>. Acesso em: 20 set. 2025.

VESENTINI, José William. **Geografia: ensino e crítica**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2018.